

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.754 - RS (2019/0128590-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS E
OUTRO(S) - DF011694
GEORGE DE LUCCA TRAVERSO E OUTRO(S) - RS016578
LEANDRO PITREZ CASADO - RS053911
JULIA RANGEL SANTOS SARKIS - DF029241
FRANCIELE DA SILVA SAGAS - RS105427
AGRAVADO : SONIA CRISTINA BOROWSKY
ADVOGADOS : DAISSON FLACH - RS036768
REGIS ELENO FONTANA - RS027389
PAULA SIMÕES LOPES BRUHN - RS078260
RICARDO ZENERE FERREIRA E OUTRO(S) - RS087039
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : DANIEL BARBOSA LIMA FARIA CORREA DE SOUZA E
OUTRO(S) - RS065085
DAMIAO ALVES DE AZEVEDO - DF022069

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF contra decisão monocrática de fls. 1.130-1.132 e-STJ, da lavra deste signatário, que, de ofício, ***reconheceu a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente ação, tornando prejudicada a análise das questões contidas no recurso especial.***

Nas razões do agravo interno (fls. 1.240-1.250 e-STJ), a recorrente insurge-se contra o reconhecimento da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a causa.

Em seguida, foi interposta nova petição de agravo interno de fls. 1.251-1.263 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

Não mais subsiste razão para o processamento do presente recurso, uma vez manifesta a superveniente perda de seu objeto.

1. Cinge-se a discussão, no apelo nobre de fls. 1.033-1.049 e-STJ, à verificação sobre a possibilidade de revisão de benefício previdenciário complementar em decorrência de sentença trabalhista que incorporou verbas remuneratórias ao salário do trabalhador.

Considerando o juízo de reconsideração exercido em razão do agravo interno interposto pela parte adversa, resta prejudicado o presente recurso.

Isso porque, tornou-se sem efeito a decisão de fls. 1.130-1.132 e-STJ (aqui também impugnada), determinando a restituição dos autos à origem para observância da sistemática dos recursos repetitivos (Tema 1021).

Assim, não mais subsiste a decisão ora infirmada, evidenciado a perda de objeto do presente recurso.

2. Do exposto, com fulcro no artigo 34, XI, do RISTJ, **julga-se prejudicado**

Superior Tribunal de Justiça

os agravos internos de fls. 1.240-1.250 e 1.251-1.263 e-STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator